

# Avaliação Institucional: Teoria e Prática como Base para o Desenvolvimento da Qualidade das Instituições Educacionais, caso da Universidade Pedagógica de Maputo

Jorge Mussoho<sup>1</sup>

Felix Jose Mulhanga<sup>2</sup>

## RESUMO

O nosso trabalho intitulado Avaliação Institucional: Teoria e Prática como Base para o Desenvolvimento da Qualidade das Instituições Educacionais busca reflectir sobre os princípios e as finalidades da Avaliação Institucional como base para o desenvolvimento da qualidade das instituições educacionais, caso da Universidade Pedagógica de Maputo. E para alcançar objectivo geral, definimos os objectivos específicos: Definir os conceitos básicos sobre a Avaliação Institucional; Descrever os princípios e as finalidades da Avaliação Institucional; Relatar o historial sobre a Avaliação Institucional das instituições educacionais em Moçambique, para finalizar vamos Apresentar as práticas de Avaliação Institucional de instituições do ensino superior em Moçambique. Utilizamos como metodologia a revisão bibliográfica e a palestra. Desta pesquisa, foi possível compreender que a questão de avaliação das instituições, embora tenha pouco tempo de vida, ganhou um campo muito grande nas instituições de ensino superior e há muitos debates em volta deste assunto onde maior parte das IES fazem a avaliação dos seus cursos que representam a instituição. Ficou claro por sua vez que ainda há muitos desafios para alcançar a qualidade desejada nas instituições de ensino superior, pois alguns indicadores de qualidade são de difícil acesso, uma vez que não são independentes, mas sim dependem muito das políticas.

**Palavras-chave:** Teoria e Prática; Avaliação Institucional; Avaliação Educacional

## Introdução

Este trabalho com o tema avaliação Institucional: Teoria e Prática nas Instituições Educacionais surgiu no âmbito da reflexão sobre os princípios e as finalidades das práticas da Avaliação Institucional como base para o desenvolvimento da qualidade das instituições educacionais, onde durante os nossos debates percebemos que maior parte das instituições educacionais não fazem a avaliação das suas instituições com vista a observar os principais problemas para, assim, poderem planificar acções de resolução dos mesmos lá existentes.

<sup>1</sup> Licenciado em Ensino Básico pela Universidade Pedagógica de Maputo; Mestrando em Avaliação Educacional na Universidade Pedagógica de Maputo; Professor. E-mail: jorgemussoho9@gmail.com; contactos: (+258) 84222217 e 872222017

<sup>2</sup> PHD em Educação e Currículo; Director da Faculdade de Educação e Psicologia e Professor Auxiliar na Universidade Pedagógica de Maputo; E-mail: mulhanga@gmail.com; contactos (+258) 848433844

Portanto, em condições normais, as instituições, não só, educacionais, mas também em geral devem, sempre, pautar por um bom perfil, ter uma missão e objectividade para o seu bom funcionamento e no caso de não se cumprir alguns objectivos, seria necessário um plano de resolução dos seus problemas. Entende-se também que uma boa instituição é aquela que reúne condições de trabalho adequadas e garante um bom clima de trabalho, as instituições apresentam vários problemas que partem, se calhar, da gestão escolar até à sala de aulas e por consequência disso temos alunos que apresentam um fraco desempenho pedagógico, fraca participação de todos atores intervenientes da escola (comunidade em volta da escola e a escola), e mesmo assim as instituições educacionais não fazem muito para melhorar a situação o desempenho tanto da instituição, assim como dos alunos.

A outra questão está ligada ao ambiente de trabalho para todos os funcionários como por exemplo nas instituições do ensino superior (temos indicadores de qualidade, onde a instituição deve ter o seu próprio perfil, deve ter o seu próprio currículo, o pessoal docente e corpo técnico administrativo da instituição, intervenções sociais onde contribui com as pesquisas que envolvem a comunidade/sociedade e infra-estrutura própria, sem deixar de lado a questão da motivação do seu pessoal).

No contexto educacional, a avaliação pedagógica, esta, que quase se desvinculando da sua objectividade de melhorar a qualidade do processo de ensino-aprendizagem, nós entendemos as instituições educacionais aplicam a avaliação pedagógica não com objectivo de melhorar as condições das suas instituições, mas sim para cumprir o processo avaliativo-quantitativo porque se fizessem a avaliação institucional com o intuito de ver os problemas e dificuldades existentes teríamos, com certeza, instituições bem apetrechadas, teríamos poucos alunos com dificuldades de aprendizagem e mesmo existindo instituições educacionais criariam condições de reforçar a aprendizagem dos alunos em momentos não lectivos.

Com efeito, para compreendermos melhor este cenário, temos como base da discussão o objectivo geral que busca compreender os princípios e as finalidades da Avaliação Institucional como base para o desenvolvimento da qualidade das instituições educacionais. E para alcançar o objectivo geral, definimos os seguintes objectivos específicos: Definir os conceitos básicos sobre a Avaliação Institucional (onde vamos descrever o que é Avaliação, Instituição, Avaliação institucional e Avaliação educacional); Descrever os princípios e as finalidades da Avaliação Institucional; Relatar o historial

sobre a Avaliação Institucional das instituições educacionais em Moçambique, para finalizar vamos Apresentar as práticas de Avaliação Institucional de instituições do ensino superior em Moçambique.

Com a realização deste estudo, espera-se que as escolas fiquem consciencializada no que diz respeito à avaliação das instituições educacionais, pois é através dela que facilmente podemos compreender se estamos a caminhar num bom caminho ou não e elaborarem plano de resolução de problemas da instituição. Além disso, estamos conscientes de que com os resultados deste estudo, as instituições educacionais poderão aprender as diversas formas de realizar a avaliação institucional.

Portanto, além deste estudo servir para ajudar as instituições educacionais em matéria de avaliação, entendemos que, este, é uma bagagem científica para o mundo académico que poderá se interessar em produzir conhecimento nesta área de avaliação institucional.

## **Fundamentação teórica**

### **Avaliação**

Avaliação é um processo pelo qual se procura identificar, aferir, investigar e analisar as modificações do comportamento e rendimento do aluno, do educador, do sistema, confirmando se a construção do conhecimento se processou, seja este teórico (mental) ou prático. (SANT'ANNA, 1998, pg. 29-30).

É uma “componente curricular, presente em todo processo de ensino-aprendizagem, a partir da qual obtém-se dados e informações, permitindo relacionar o que foi proposto e o que foi alcançado, analisar criticamente os resultados, formular juízos de valor e tomar decisões, visando promover o desenvolvimento de competências, melhorar a qualidade de ensino e do sistema educativo” Regulamento Geral de Avaliação (2019, pg. 3).

Para Léxico (Dicionário de Português Online) a avaliação é a apreciação ou análise objectiva das circunstâncias concretas e reais de alguma coisa ou parecer acerca do desenvolvimento, progresso ou nível do trabalho de uma instituição, aluno ou um profissional.

Com tudo, compreendemos com base nas ideias dos autores acima citados, que a avaliação é considerada um ato de apreciação ou análise das circunstâncias concretas e reais e visa atribuir valor ou mérito a algo bem conhecido e contribui de forma decisiva

para a tomada de decisão para o aperfeiçoamento e melhoria da qualidade do que foi avaliado.

## Instituição

O termo instituição é interpretada em várias dimensões, essas que podem partir da forma como o indivíduo é concebido e inserido numa sociedade para ser educado de acordo com os desígnios da sociedade, sociedade essa que tem uma forma de ser, desígnios culturais a serem seguidos por uma sociedade e assim ao ser feito, os indivíduos alcançam os seus objectivos sociais e culturais.

Portanto, segundo Furubotn e Richter (2000) olham para instituições como um conjunto bem definido de regras, formais ou informais, incluindo os arranjos que permitem a sua aplicação. Compreendem ainda que a instituição pode ser um conjunto de normas ou regras definidas com a finalidade de regular o comportamento dos indivíduos para direccionar suas acções com vista o alcance dos objectivos estabelecidos (Missão e Visão).

## Qualidade

Entendemos que a qualidade está relacionada com a característica de um processo, serviço ou produto tem de estar próximo da perfeição ou à capacidade de um processo, serviço ou produto atender aos objectivos a que se propôs.

Esta ideia é partilhada pela ISO e por Marinardes e outros, numa perspectiva de complementaridade quando um considera que qualidade

“... é o nível de perfeição de um processo, serviço ou produto entregue por uma empresa, de maneira que atenda às exigências definidas pela ISO e pelos seus clientes, ISO (International Standardization Organization),” e outros considerarem que “a qualidade é a capacidade de qualquer objecto ou acção de corresponder ao objectivo a que se propõe” (MAINARDES et al, 2010:283).

## Avaliação institucional

Segundo Sias, et al. (2018) A avaliação institucional é um meio de investigação, em busca de solucionar os problemas existentes na escola, estabelecendo propósitos e objectivos, evidenciando as soluções e efectivando a realização, em busca da melhoria, no que foi diagnosticado, como sendo contratempo/problema.

Entende-se que a avaliação institucional é um elemento importantíssimo para a melhoria da qualidade dos serviços o que quer dizer que toda a instituição que conhece os seus problemas tem muitas chances de resolve-los ou traçar estratégias que visam

colmatar os problemas/lacunas existentes e garantir assim um bom rendimento institucional, assim como dos alunos.

No entanto, Sias, et al. (2018), Salienta que no âmbito da avaliação institucional é importante a participação da comunidade escolar. O processo deve ser feito juntamente com os alunos, professores, pais, funcionários e equipe directiva, envolvendo toda a comunidade, efectivando, assim, a (re) construção e a avaliação do PPP (p:4).

Dá para compreendermos igualmente que a avaliação institucional é realizada com vários propósitos: é principalmente para conhecer os reais problemas que fragilizam a qualidade de dos resultados institucional, identificar as ameaças que fragilizam a instituição para que isso se ultrapasse é necessário que todo colectivo institucional se engaje e participe da avaliação institucional para juntos fazerem as devidas reconstruções do projecto escolar.

### **Avaliação educacional**

A avaliação educacional, este que é um campo muito vasto que segundo Botiglieri et al., (2017) citando Freitas (2009) comporta três níveis integrados: Avaliação em sala de aula que se encontra na responsabilidade do professor, a avaliação em larga escala que ocorre em redes de ensino e a avaliação institucional, sendo esta última aquela realizada em cada escola, por seu colectivo, que engloba o todo da instituição escolar.

Entende-se que a avaliação educacional é aquela que é realizada em redes de ensino/escolas, tanto primarias assim como do nível superior. Onde ocorrem vários tipos de avaliações: de aprendizagem, aquela que ocorre na sala de aulas com o escopo de verificar o nível de aprendizagem e assimilação da matéria pelos alunos e por sua vez a forma como o professor ensina os seus alunos (autoavaliação); a avaliação em larga escala que se busca compreender os problemas que afectam uma determinada área ou ciclo de aprendizagem e por fim a avaliação institucional educacional o que já discutimos anteriormente. Portanto, a avaliação institucional está directamente ligada ao processo de avaliação da aprendizagem como uma prática que deve ser estimulada nas escolas de modo a provocar mudanças e melhoria na qualidade do ensino.

Portanto, para compreendermos melhor o processo do surgimento da avaliação institucional, discutimos no próximo tópico a concepção histórica da avaliação institucional.

## A concepção histórica da avaliação institucional

Muitas vezes quando surgem teorias que estudam um determinado problema, aparecem essencialmente para resolver ou para elucidar o que não está correndo bem. Neste contexto, de acordo com Gomes e Moraes (2014) os estudos sobre avaliação institucional não fogem à regra, eles apareceram a bem pouco tempo nos anos 1990, essa avaliação estava voltada aos processos de ensino superior.

Portanto, a questão que se levanta diante disto é, o que estava acontecendo nessa época para se iniciar estudos sobre avaliação institucional? Bom, quem responde esta questão é Sobrinho (2008) citado por Gomes e Moraes (2014) e salienta que nessa época houve um aumento do número de organizações interessadas em aperfeiçoar-se, fato para o qual a avaliação era elemento fundamental.

Com isso, o autor diz que Desde a década de 1990, tem aumentado consistentemente o número de pessoas e entidades que se interessam pela quantidade e qualidade dos insumos, processos, produção e resultados das actividades de ensino, pesquisa e serviços das instituições e cursos de educação superior. A qualidade e a garantia da qualidade se tornaram palavras centrais nas transformações que ocorrem na educação superior e nas políticas públicas sectoriais (SOBRINHO, 2008, pg. 1).

Define-se como objecto de estudo desta área de avaliação institucional a instituição, sistemas, projectos ou políticas públicas e deu o seu apogeu em 1993 com a criação do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras PAIUB, elaborado a partir das discussões realizadas pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, a ANDIFES, que inicialmente manteve carácter de adesão opcional (STEIN, 2003:35) citado por (GOMES e MORAES 2014).

Já Polidori et al. (2006), citado por Gomes e Moraes (2014) refere que a proposta do PAIUB era melhorar permanentemente os índices de qualidade da educação superior e, para isso, foi dividido em quatro etapas: a) diagnóstico: através dos dados quantitativos sobre o curso em análise; b) avaliação interna: auto avaliação realizada pela comunidade académica do curso; c) avaliação externa: realizada pela comunidade académica de outras instituições de ensino superior, sejam profissionais de áreas, representantes de entidades científicas, ou outros; d) reavaliação interna: feita internamente a partir dos resultados produzidos pela avaliação.

Depois disso, foi feita uma avaliação actualmente em cursos de formandos de graduação com objectivo de medir as competências adquiridas por esses alunos. Com os

resultados obtidos, percebeu-se que havia muitas falhas desse processo avaliativo e instruiu-se em 2004 o SINAES- Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior.

O SINAES surgiu baseado em três pontos: a autoavaliação e a avaliação externa; a avaliação dos cursos de graduação; e o desempenho dos estudantes do ensino superior, através do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes ENAD, que consta de uma prova para medir os conhecimentos adquiridos pelos alunos e de um questionário sócio-econômico, o SINAES visa essencialmente buscar desenvolvimento de vários processos avaliativos, diferenciados em cada IES do país (POLIDORI; FONSECA; LARROSA, 2007, pg. 336) citados por (GOMES AND MORAES 2014).

### **Princípios e as finalidades da Avaliação Institucional no Ensino Superior**

De acordo com Premugy (2012) a avaliação institucional rege-se por 10 princípios básicos: a educação desenvolve nas Instituições do Ensino Superior (IES) a cultura da qualidade, a integração é caracterizada pelo processo de inclusão; Globalidade, avalia todos os elementos, processos e intervenientes, mas sem perder de vista a perspectiva da totalidade, participação não só das IES, mas também de outras dos meios sociais, político e laboral; continuidade a avaliação nas IES é vista como um processo contínuo; inserção abre espaço para o diálogo e coopera e a solidariedade inter-institucional; legitimidade, apresenta a sua própria imagem; adequação interna, adaptação ao contexto nacional, adequação externa, autoridade técnica.

Quanto às finalidades da avaliação institucional, já discutimos anteriormente que ela visa essencialmente identificar problemas que fragilizam o rendimento da instituição e com os resultados da avaliação poder-se traçar planos de melhoria de qualidade e assim massificar a instituição.

A avaliação institucional é subdividida em três subsistemas: Subsistema de Autoavaliação; Subsistema de Avaliação Externa e Subsistema de Acreditação (PREMUGY 2012).

A autoavaliação designada também como avaliação interna integra normas, mecanismos e procedimentos que são operados pelas próprias instituições de ensino superior e é realizada pela instituição para identificar os problemas existentes dentro da instituição e para o seu funcionamento é regida pelos seguintes princípios:

- **Participação** de todos os intervenientes no funcionamento da instituição de ensino superior, incluindo estudantes, corpo docente, investigadores e corpo técnico administrativo;
- **Transparência**: segue normas, mecanismos e procedimentos previamente estabelecidos e divulgados;
- **Regularidade**: embora possa assumir o perfil de acção pontual, a autoavaliação tem um carácter regular e progressivo;
- **Obrigatoriedade**: como processo fundamental de garantia de qualidade do ensino superior e base do SINAQES, a autoavaliação é obrigatória;
- **Divulgação**: os resultados da autoavaliação devem ser do conhecimento de todos os actores da instituição de ensino superior.

A avaliação externa incide essencialmente sobre a qualidade institucional e dos cursos ou programas, por sua vez, apresenta seus princípios de funcionamento que são Objectividade: estabelecer indicadores de avaliação previamente estabelecidos; igualdade deve pautar pelo mesmo tratamento ao avaliar as instituições; transparência, participação; regularidade e periodicidade e confidencialidade.

Portanto, no nosso país, a avaliação externa é realizada pelo Órgão de SINAQES designado Conselho Nacional de Avaliação de Qualidade, abreviadamente designado por CNAQ, este por sua vez que é órgão implementador do Sistema Nacional de Avaliação, Acreditação e Garantia de Qualidade do Ensino Superior e rege-se pelos Estatutos a aprovar em diploma específico.

Para que se faça a avaliação das instituições do ensino superior era necessário determinar os Indicadores de garantia de qualidade. Esses indicadores são utilizados pelo órgão da avaliação externa, mas também pela avaliação interna e são definidos e aprovados pelo órgão implementador e supervisor SINAQES, auscultadas as instituições de ensino superior outros actores do sistema. Portanto, acredita-se que se as instituições tiverem condições criadas e determinadas pelos 9 indicadores anteriormente, e actualmente 8, teremos uma instituição de qualidade, o SINAQES determina os seguintes indicadores de qualidade: Missão, a instituição deve ter a sua formulação, relevância, actualidade e divulgação dos resultados; Gestão, deve ter uma gestão democrática, prestação de contas em dia, descrição de fundos e tarefas, adequação da estrutura de direcção e administração à missão da instituição e mecanismo de gestão de qualidade; Currículos, cada curso deve ter o seu próprio currículo que espelha a realidade local e

global; Corpo Docente, deve-se ter em conta a questão da formação dos docentes, as suas qualificações, desempenho e progressão; corpo Discente é necessário respeitar-se os direitos dos discentes preparando todas essas condições para que ocorra em boas condições o processo de ensino-aprendizagem e respeitar a política de género; Corpo Técnico Administrativo, deve-se ter uma equipe de trabalho que consegue atender a todos em tempo justo; Pesquisa Extensão, deve-se ter provas do envolvimento da instituição no desenvolvimento da sociedade local, evidências da produção científica; infra-Estrutura, devem se adequar ao ensino e ter salas de aulas compatíveis ao número dos estudantes, o que engloba todos os meios facilitadores do PEA; e Internacionalização, as instituições devem internacionalizar seus docentes e discentes.

### **A Avaliação Institucional das instituições educacionais em Moçambique**

Assim como acontece nos outros países, a avaliação das instituições educacionais não ocorre em todas as entidades de ensino, no entanto um grande avanço destacou-se para as instituições do ensino superior que desde 2007 foi criado o Sistema Nacional de Avaliação, Acreditação e Garantia de Qualidade do Ensino Superior (SINAQES) através do DECRETO Nº 63/2007 de 31 de Dezembro de modo a adequar o ensino superior às necessidades e aos padrões regionais e globais de qualidade (PREMUGY 2012).

No entanto, o SINAQES é um sistema que integra normas, mecanismos e procedimentos coerentes e articulados que visam concretizar os objectivos da qualidade no ensino superior e que são operados pelos actores que nele participam.

### **Práticas de Avaliação Institucional de instituições do ensino superior em Moçambique, caso da Universidade Pedagógica de Maputo**

Com a criação do decreto DECRETO Nº 63/2007 de 31 de Dezembro, foi possível criar por sua vez a lei do ensino superior em 2009, lei nº 27/2009 que visa harmonizar as regras, consolidação metódica e progressiva de toda a formação para o funcionamento eficaz e eficiente e que possibilita gerar seus resultados alinhados com a inspiração da nação e dos cidadãos Moçambicanos. E isso possibilitou que a UP-M criasse o Gabinete de Garantia de Qualidade GAQ em 2016 dirigido pelo Prof. Dr. Geraldo Mate até à sua sucessão em 2020.

Com efeito, tivemos como um dos exemplos da prática de avaliação das instituições no ensino superior, a Universidade Pedagógica de Maputo, onde tivemos

duas palestras uma com Msc. Chadreque Guambe, o Diretor do curso de Ensino Básico na UP-M que transmitiu suas experiências sobre a avaliação interna/autoavaliação tendo dito que, no processo de AI na componente da autoavaliação usa os princípios, critérios/dimensões e indicadores plasmados pelo CNAQ (Conselho Nacional de Avaliação de Qualidade) através SINAQES.

Neste contexto, em relação às sua experiência da UP no processo de Autoavaliação, Mestre Chadreque explicou que para a autoavaliação do curso do Ensino Básico seguiu-se as etapas plasmadas no SINAQES, onde a 1ª etapa, a nomeação da comissão da autoavaliação (composto por 1 professor do curso, 1 ou 2 estudantes, Dr. da faculdade); a 2ª etapa, organização dos instrumentos de recolha de dados (questionários, roteiro de entrevistas, a serem administrados aos estudantes, professores, corpo técnico administrativo CTA, 3ª etapa, recolha de dados e sistematização dos dados (relatório de autoavaliação), 4ª etapa, inserção do relatório na plataforma do CNAQ, 5ª etapa, divulgação interna do relatório. Salientou ainda que a autoavaliação serve de base para a avaliação externa, é através desta que a comissão de avaliação externa faz a avaliação da instituição buscando evidências dos elementos que constam como conseguidos no relatório da avaliação interna. No âmbito da autoavaliação (avaliação do curso do Ensino Básico) realizada na Faculdade de Ciências da educação e Psicologia, obteve-se como resultado, 85 pontos o que culminou com a acreditação do curso para um período de 3 anos, o que não foi muito bom para o nosso curso porque queríamos ter tido mais anos e em todo caso considerou ter sido satisfatório.

O Mestre referiu ainda que cada indicador corresponde a uma pasta de arquivo onde serão arquivadas as evidências da execução de actividades para a sua satisfação e acrescentou que a experiência de autoavaliação foi de muita valia para a instituição pois ela fica a saber, em função dos resultados, o que deve fazer para melhorar a sua qualidade. As evidências são um elemento importantíssimo no processo de autoavaliação porque comprovam as nossas acções e sem elas, não é possível saber-se está sendo feito algo dentro do curso. Por isso, o Mestre salientou a relevância de uma acção, uma evidência.

Não menos importante, seguiu-se a segunda palestra dada por Prof. Dr. Geraldo Mate que deu a sua contribuição à quando do Director do GAQ na UP-M tendo referido na sua explanação, que o processo de AI na UP é regido pelas normas determinadas pelo SINAQES, onde estão definidos todos os procedimentos da AI nos três subsistemas

(autoavaliação/avaliação interna; avaliação externa e acreditação). Esclareceu ainda que existem dois tipos de sistemas de AI, sendo um, virado para a verificação e usa-se indicadores de verificação, que tem como escopo verificar em que medida as normas superiormente plasmadas estão sendo alcançadas e; outro, virado para o rendimento e usa-se indicadores de rendimento e visa aferir se as actividades desenvolvidas estão a atingir os níveis de qualidade desejados.

E, relatando a experiência da AI na UP, explicou que a 1ª participação da UP na AI foi na fase piloto, em 2014 tendo sido avaliados 4 cursos, sendo um deles, o curso de psicologia educacional e a avaliação cingiu-se em 4 indicadores e, na 2ª participação, no ano de 2016 com novos processos: avaliação e certificação, onde foram avaliados 12 cursos dos quais apenas 5 foram acreditados e os outros foram 7 foram reprovadas por falta de evidências.

Não deixou de salientar uma das grandes dificuldades enfrentadas pelos cursos no ensino superior que é a questão da criação de evidências, este é um grande calcanhar de Aquiles e recomendou que fosse melhorado a nível dos cursos. Disse também que alguns indicadores são de difícil alcance, como é o caso da pesquisa e extensão, este indicador não depende muito do funcionamento dos cursos, mas sim do financiamento para executar as pesquisas, a linha de pesquisa é bastante reduzida, uma vez que o se dá do fundo do estado é bastante pouco para cumprir as metas.

## **Metodologia**

### **Pesquisa bibliográfica**

É importante anunciar neste ponto a metodologia usada para alcançarmos os nossos objectivos específicos. Portanto, em relação aos objectivos 1, 2, e 3 foi usada como metodologia a revisão bibliográfica que consistiu na busca de informações que versam sobre os tópicos em estudo. Pois, segundo LAKATOS e MARCONI (2001, pg. 183), o método bibliográfico, “[...] abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema estudado, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, materiais cartográficos, etc. [...] e sua finalidade é colocar o pesquisador em contacto directo com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto [...]”.

### **Seminário ou palestra**

Os seminários são técnicas de aprendizagem que incluem pesquisa, discussão e debate. Portanto, os seminários versam sobre apresentação e debate de um tema previamente preparado pelos alunos, alfabetizando, educando assim como por pesquisadores, relacionado com o trabalho de pesquisa bibliográfica ou de campo, podendo referir-se a um estágio num determinado sector de actividade (MINEDH, 2019).

E para o quarto objectivos, recorreremos à palestra que tivemos durante o decurso do módulo, onde dois professores da universidade pedagógica deram o seu contributo sobre as práticas da avaliação institucional no ensino superior em Moçambique, onde um falou da avaliação interna e outro falou da avaliação externa.

### **Considerações finais**

Entende-se que a avaliação institucional é um elemento importantíssimo para a melhoria da qualidade dos serviços o que quer dizer que toda a instituição que conhece os seus problemas tem muitas chances de resolve-los ou traçar estratégias que visam colmatar os problemas/lacunas existentes e garantir assim um bom rendimento institucional, assim como dos alunos.

Entende-se que a avaliação educacional é aquela que é realizada em redes de ensino/escolas, tanto primarias assim como do nível superior. Onde ocorrem vários tipos de avaliações: de aprendizagem, aquela que ocorre na sala de aulas com o escopo de verificar o nível de aprendizagem e assimilação da matéria pelos alunos e por sua vez a forma como o professor ensina os seus alunos (autoavaliação); a avaliação em larga escala que se busca compreender os problemas que afectam uma determinada área ou ciclo de aprendizagem e por fim a avaliação institucional educacional o que já discutimos anteriormente. Portanto, a avaliação institucional está directamente ligada ao processo de avaliação da aprendizagem como uma prática que deve ser estimulada nas escolas de modo a provocar mudanças e melhoria na qualidade do ensino.

Os estudos sobre a avaliação institucional apareceram a bem pouco tempo nos anos 1990, essa avaliação estava voltada aos processos de ensino superior. E surgiram devido à demanda das instituições de ensino superior que eclodiam dia a pós dia. E para harmonizar o funcionamento dessas instituições era necessário que se fizesse uma avaliação institucional de forma a prestarem contas de garantia de qualidade institucional.

Portanto, no nosso país, a avaliação externa é realizada pelo Órgão de SINAQES designado Conselho Nacional de Avaliação de Qualidade, abreviadamente designado por

CNAQ, este por sua vez que é órgão implementador do Sistema Nacional de Avaliação, Acreditação e Garantia de Qualidade do Ensino Superior e rege-se pelos Estatutos a aprovar em diploma específico.

Para que se faça a avaliação das instituições do ensino superior era necessário determinar os Indicadores de garantia de qualidade.

Em relação à AI no nosso país foi depois da criação da lei do ensino superior lei 27/2009 que deu origem do Gabinete de Garantia de Qualidade GAQ criado em 2016. E assim foi possível fazer-se a avaliação de 12 cursos da universidade pedagógica onde passaram apenas 5 e foram acreditados, tendo sido reprovados 7 por falta de evidências nos seus indicadores.

### **Recomendações**

Em primeiro lugar, de acordo com os resultados da nossa pesquisa, é importante recomendar que se crie uma lei específica para a avaliação das instituições da educação básica em Moçambique porque acredita-se que se a base estiver em boas condições, facilmente poderemos alcançar a qualidade desejada nas instituições do topo.

Recomendamos igualmente que divulgue informações sobre a avaliação das instituições para permitir que os profissionais conheçam a importância da avaliação institucional.

Às instituições do ensino superior, devem sempre construir evidências ao longo das suas acções para facilitar o processo de avaliação interna e externa.

### **Referências**

BOTIGLIERI, Pamela Cristina, Regilson Maciel BORGES, e José Carlos ROTHEN. “Avaliação Institucional: mapeamento e análise das concepções de qualidade e melhoria nas produções da revista *Estudos em Avaliação Educacional* (1990-2013).” 05 de Junho de 2017: 633-657.

Gomes, Dayane, e Lincoln Moraes. “PENSANDO A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.” *SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PESQUISA EM POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL*, 22-24 de Setembro de 2014.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Fundamentos metodologia científica*. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2001

MAINARDES, E. Wagner et al. *Percepções dos Conceitos de Qualidade e Gestão*



*pela Qualidade Total*: estudo de caso na universidade. 2010. Artigo. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/235341591\\_Percepcoes\\_dos\\_Conceitos\\_e\\_Qualidade\\_e\\_Gestao\\_pela\\_Qualidade\\_Total\\_estudo\\_de\\_caso\\_na\\_universidade\\_MINEDH\\_Regulamento\\_Geral\\_de\\_Avaliacao\\_do\\_Ensino\\_Primario,\\_Alfabetizacao\\_e\\_educacao\\_de\\_Jovens\\_e\\_Adultos\\_e\\_Ensino\\_Secundario](https://www.researchgate.net/publication/235341591_Percepcoes_dos_Conceitos_e_Qualidade_e_Gestao_pela_Qualidade_Total_estudo_de_caso_na_universidade_MINEDH_Regulamento_Geral_de_Avaliacao_do_Ensino_Primario,_Alfabetizacao_e_educacao_de_Jovens_e_Adultos_e_Ensino_Secundario). Maputo, Imprensa Nacional de Moçambique, E. P. Diploma Ministerial nº 7/2019.

Premugy, Cassamo I. C. *Colectânea de Legislação do Ensino Superior*. Maputo: Ministerio da Educacao , 2012.

Sias, Maria Alice de Freitas, Rosa Maria Martins Carvalho Dutra, Santiago Bretanha, e Ana Cristina da Silva Rodrigues. “*Avaliação Institucional: conceitos, objetivos, participação e implicações para a escola.*” (RELACult – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade) 04, nº especial (2018).

Nota: Os autores foram responsáveis pela concepção do artigo, pela análise e interpretação dos dados, pela redação e revisão crítica do conteúdo do manuscrito e, ainda, pela aprovação da versão final publicada.

RECEBIDO: 02/04/2022    RECEIVED: 02/04/2022    RECIBIDO: 02/04/2022

APROVADO: 27/06/2022    APPROVED: 27/06/2022    APROBADO 27/06/2022

**Institutional Assessment: Theory and Practice as a Basis for Quality Development in Educational Institutions, such as the Pedagogical University of Maputo**

**ABSTRACT**

Our work entitled Institutional Assessment: Theory and Practice as a Basis for the Development of the Quality of Educational Institutions seeks to reflect on the principles and purposes of Institutional Assessment as a basis for the development of the quality of educational institutions, such as the Pedagogical University of Maputo. And to achieve this general objective, we defined the following specific objectives: Define the basic concepts about Institutional Assessment; Describe the principles and purposes of Institutional Assessment; Report the history of Institutional Evaluation of educational institutions in Mozambique, to conclude, we are going to present the Institutional Evaluation practices of higher education institutions in Mozambique. We used as methodology the literature review and the lecture. From this research, it was possible to understand that the issue of evaluation of institutions, although I have a short time to live, has gained a very large field in higher education institutions and there are many debates around this issue where most he is assess their courses. Representing the institution. It was clear, in turn, that there are still many challenges to achieve the desired quality in higher education institutions, as some quality indicators are difficult to access, as they are not independent, but rather depend on policies.

**Keywords:** Theory and Practice; Institutional Assessment; Educational Assessment.

**Evaluación Institucional: Teoría y Práctica como Base para el Desarrollo de la Calidad de las Instituciones Educativas, caso de la Universidad Pedagógica de Maputo**

**RESUMEN**

Nuestro trabajo titulado Evaluación Institucional: Teoría y Práctica como Base para el Desarrollo de la Calidad de las Instituciones Educativas busca reflexionar sobre los principios y propósitos de la Evaluación Institucional como base para el desarrollo de la calidad de las instituciones educativas, como es el caso de la Universidad Pedagógica de Maputo. Y para lograr este objetivo general, hemos definido los siguientes objetivos específicos: Definir los conceptos básicos de Evaluación Institucional; Describir los principios y propósitos de la Evaluación Institucional; Informe la historia de la Evaluación Institucional de las instituciones educativas en Mozambique y, finalmente, presentaremos las prácticas de Evaluación Institucional de las instituciones de educación superior en Mozambique. Utilizamos como metodología la revisión bibliográfica y la conferencia impartida. A partir de esta investigación se pudo comprender que el tema de evaluar instituciones, aunque tenga poco tiempo de vida, ha ganado un campo muy amplio en las instituciones de educación superior y existen muchos debates en torno a este tema donde la mayoría de las IES evalúan sus cursos. en representación de la institución. Quedó claro a su vez que aún existen muchos desafíos para lograr la calidad deseada en las instituciones de educación superior, ya que algunos indicadores de calidad son de difícil acceso, ya que no son independientes, sino que dependen mucho de las políticas.

**Palabras clave:** Teoría y Práctica; Evaluación Institucional; Evaluación educativa